

correio de COIMBRA

SEMANÁRIO - COIMBRA, 13 DE JANEIRO DE 1972 - N.º 1483 - ANO L - (AVENÇ.)

DIRECTOR E EDITOR - URBANO DUARTE - CHEFE DA REDACÇÃO - AUGUSTO NUNES PEREIRA - PROPRIETÁRIO DA DIOCESE DE COIMBRA - REDACÇÃO - BAIRRO DE S. JOSÉ, 2 - COIMBRA - TELEF. 28884
ADMINISTRAÇÃO, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO - GRAFICA DE COIMBRA - TELEF. 22857

S I N T O M A S

★ MAIORIDADE

Com o 1.º do ano entrou no 3.º ano de vida o semanário da diocese do Porto «Voz Portucalense».

Desta janela saudamos com júbilo o seu nascimento, porque desde a primeira hora o vimos magnífico pelos seus olhos tão claros, ousado como tudo o que é jovem, aberto ao dia de hoje e de amanhã, sem ferros a prender-lhe os pulsos por causa de guerras passadas e cujos ressentimentos ainda agora enferro-lham muitos cristãos.

Com dois anos conquistou a maioridade: é jornal que se lê de ponta a ponta, que até nas notícias mantém fidelidade ao ideal, feito por um grupo que impressiona pela harmonia, com personalidade demasiado forte para que pedinche mesmo que seja a porta de qualquer igreja ou curve a espinha à subserviência ou ao medo. Algo de helénico

nos chega do Porto todas as semanas com o fermento evangélico para as situações concretas que todos vivemos. O abraço que enviamos ao Dr. Manuel Madureira e à sua equipa leva toda a alegria de quem admira a «Voz Portucalense» como exemplo que não é fácil imitar.

É que para o Porto, o seu jornal não é uma folha que vai saindo sabe Deus como, mas um meio de apostolado, e dos mais vigorosos, na impregnação dos espíritos. Daí que mereça a atenção necessária quanto a meios e pessoas tecnicamente aptos.

★ PONTOS DE REFLEXÃO PARA OS PAIS

O palestrante convidado para a reunião mensal dos «Lyons da Bairrada», devia focar o tema: Pais-Filhos. Abstractamente, no plano dos princípios ideais, não fal-

ta quem distribua conselhos. Tão altos como candelabros de salão, nos quais ninguém pega para alumiar as veredas pedregosas da vida.

Resolveu, por isso, ouvir os filhos. Disseram eles, de 15, 16 e 17 anos, os pontos que julgam fundamentais nas relações entre pais e filhos.

Ei-los:

1 - É necessário que os

(Continua na pág. 2)

NOVO REITOR DA UNIVERSIDADE DE LOURENÇO MARQUES

No passado dia 5 do corrente, foi empossado, por Sua Ex.ª o Ministro do Ultramar, no honroso cargo de Reitor da Universidade de Lourenço Marques, o Senhor Professor Doutor José Alberto Fernandes de Carvalho, até há pouco Vice-Reitor da Universidade de Coimbra.

Estiveram presentes àquele acto solene, que decorreu no Ministério do Ultramar, no gabinete do titular da pasta, entre outras pessoas, Suas Ex.ªs os Ministros da Educação e da Justiça, o antecessor empossado, os Reitor e Vice-Reitores da Universidade de Coimbra, o Governador Civil deste Distrito, e numerosas individualidades de Lisboa e Coimbra, cujos nomes se torna impossível aqui nomear.

As breves palavras com que foi investido no cargo, por Sua Ex.ª o Ministro, respondeu o novo Reitor com um discurso de que transcrevemos algumas passagens...

A missão em que acabo de ser investido é para mim tão honrosa que, por mais vergado que eu me sinta sob o peso da responsabilidade que a partir de



hoje vou assumir, não posso deixar de agradecer a confiança que o meu nome mereceu a

quem teve o ingrato ónus de escolher.

Tenho plena consciência do peso que sobre mim passa a recair, não apenas porque dirigir uma Universidade não é tarefa fácil para quem quer que seja, mas também porque, no cargo que vou desempenhar, sucedo a um Reitor com uma alta craveira intelectual e com uma capacidade de trabalho e realização de que só raros espíritos se mostram capazes...

Para além do receio de me não julgar à altura de missão tão elevada, a principal dúvida que me assaltou antes de aderir ao convite que me dirigiram foi a de saber se deverá um professor de determinada escola aceitar cargos directivos numa outra escola à qual nunca pertenceu...

(Continua na pág. 6)

DUAS CARTAS DO DR. ALBERTO VILAÇA AO DIRECTOR DO «CORREIO DE COIMBRA» E UMA AO DR. MÁRIO BRAGA

PRIMEIRA CARTA: 18-12-71

Sr. Cónego Urbano Duarte: Junto lhe envio cópia de carta que hoje dirigi a Mário Braga e cujas reflexões aqui dou por reproduzidas.

Como digo naquela carta, lamento que, sem me ouvir, V. Ex.ª tenha feito eco público duma disparatada e incompleta invocação das minhas opiniões acerca de assunto sobre que só me pronunciei em conversa privada, decerto como numerosíssimas outras pessoas, e portanto sem quaisquer propósitos de intervenção pública na questão em debate, que aliás sempre teria de ser encarada sob três ângulos — Fátima propriamente dita, o grau de validade intrínseca de «Fátima desmascarada» e as diligências do seu autor quanto à sua venda.

Mas, enfim, o facto está consumado e só espero que se ponha uma pedra sobre o assunto.

Se, porém, o meu nome voltar de algum modo a ser referido e designadamente se o texto que agora suscita os meus reparos for reproduzido em qualquer reimpressão da polémica que tem vindo a lume no «Correio de Coimbra» (pois até me consta que irá ser reeditada em brochura), considero indispensável e por isso desde já solicito a V. Ex.ª que assegure a publicação, em anexo, desta carta e da que dirigi a Mário Braga.

Com os meus cumprimentos subscrevo-me

Atentamente,
Alberto Vilaça

COMENTÁRIOS

Esta carta nasceu do trecho de Mário Braga, por mim transcrito na última resposta às 3.ªs alegações de João Ilharco. Convirá reevocá-lo: «Seja como for, quero que saiba para já que estou tão

(Continua na pág. 5)

CURSO DE ACTUALIZAÇÃO PARA PROFESSORES DE FILOLOGIA CLÁSSICA

Na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra realizou-se o I Curso de Actualização para Professores de Filologia Clássica (Latim e Grego), promovido pelo Instituto de Estudos Clássicos daquela Faculdade, que teve a frequência de mais de 60 professores de di-

versos estabelecimentos de ensino médio e superior, findo o qual o reitor da Universidade, Sr. Prof. Dr. Coteló Neiva, ofereceu a todos os professores e alunos do Curso um jantar, felicitando os seus organizadores.

Após a realização da última aula, teve lugar uma sessão, presidida pelo director daquela Faculdade, Sr. Prof. Dr. Américo da Costa Ramalho, para discutir as conclusões sugeridas no dia anterior, dando-se, desta forma, por encerrada a parte lectiva do Curso.

O texto das conclusões e votos deste I Curso de Actualização de Filologia Clássica é o seguinte:

1.º — Os participantes professores de Latim e Grego no Ensino Secundário (oficial e particular) e nas Faculdades de Letras de Lisboa e Porto, congratulam-se com a organização deste curso e, com os seus agradecimentos, felicitam todos os professores do Instituto de Estudos Clássicos de Coimbra pelo elevado nível com que foram apresentados todos os temas. Formulam o voto de que esta iniciativa se repita, quanto possível, de dois em dois anos, propõem que no próximo ano se realize na primeira semana do segundo período lectivo, um Colóquio especialmente dedicado ao ensino do Latim no Liceu.

2.º — Profundamente convictos do valor formativo e cultural das Humanidades Clássicas, anseiam por que o estudo do Latim seja alargado para quatro anos no ensino liceal. Com efeito, só a extensão dos anos de ensino poderá permitir a desejada inclusão, nos programas, de autores de grande importância, mesmo para a literatura Portu-

guesa, como Horácio e alguns humanistas nacionais.

3.º — Manifestam a sua unanimidade em que deve manter-se no ensino Secundário o estudo da Língua Grega, de modo que nela sejam iniciados quantos desejam ingressar em cursos superiores relacionados com a Antiguidade Clássica.

4.º — Propõem-se envidar todos os esforços para que os métodos de ensino e o material didáctico sejam renovados e actualizados a fim de se tirar do conhecimento das línguas Clássicas a maior utilidade.

Novo Professor Catedrático

DR. JORGE DOS SANTOS VEIGA

Na Sala dos Actos da Universidade de Coimbra, concluíram-se no dia 7, de manhã, as provas para professor catedrático de Química, da Universidade de Lourenço Marques, de que era candidato o sr. Dr. Jorge dos Santos Veiga.

Presidiu o sr. Prof. Dr. Fernando de Carvalho, reitor da Universidade moçambicana, estando presentes às provas muitos professores de todas as Faculdades da Universidade de Coimbra, escola a que o Dr. Jorge Veiga até agora pertencia.

A prova final, constou da discussão do «curriculum vitae» do candidato, sendo o júri constituído pelos srs. Prof. Dr. Fernando Pinto Coelho, de Coimbra, e Bernardo Jerofh Herold, do Instituto Superior Técnico de Lisboa.

Antes de se iniciar a prova,

(Continua na pág. 3)

DUAS CARTAS DO DR. ALBERTO VILAÇA AO DIRECTOR DO «CORREIO DE COIMBRA» E UMA AO DR. MÁRIO BRAGA

(Continuação da 1.ª pág.)

indignado como o meu caro amigo com as pulhices de J. Tharco, pois outro nome não tem aquele que, vestindo a pele de intelectual e defensor da verdade, se prontifica a sacrificar esta na ara do dinheiro. O Sílvio de Lima e o A. Vilaça, com quem falei do caso — sobretudo com o primeiro, acompanham-me nestes sentimentos.» Serviço do texto como magnífica ajuda para desfazer a segunda máscara do autor de «Fátima Desmascarada». A primeira máscara caíra com a fotocópia das cartas anónimas; a segunda máscara — a da simulação — caiu também não só pela análise interna às alegações, como pela desilusão que desceu sobre «o grande escritor e o professor universitário» invocados por J. Tharco como patronos do manuscrito — desilusão bem estampada nas frases de Mário Braga.

Não tenho dúvida em afirmar que, para a minha argumentação, a referência ao Dr. Alberto Vilaça foi accidental: apareceu porque transcrevi na íntegra a parte final da carta do Dr. Mário Braga.

Vem lamentar-se agora, porquê? Porque se deu eco público a uma opinião pronunciada em conversa privada; porque não desejava intervir na questão em debate; porque — segundo pensa — a questão teria de ser sempre encarada sob três ângulos.

Ora eu pergunto: com a citação do seu nome, alguém quis — Mário Braga ou eu — diminuir a personalidade intelectual ou moral de Alberto Vilaça? A condenação da negociata acarretará qualquer espécie de vergonha a uma pessoa íntegra e honrada? Suponhamos que a questão tem três ângulos — para emitir opinião sobre um, haverá desonestidade se prescindirmos, por determinado motivo, de algum dos outros? Que é que os leitores deste jornal têm a ver, por exemplo, com o que o Dr. Vilaça pensa ou deixa de pensar sobre Fátima? Que é que lhes interessa?

A questão no «Correio de Coimbra» estava delimitada e intencionalmente evitei o seu alastramento. O Dr. Alberto Vilaça, «condenando», procedeu com dignidade — de certo como numerosíssimas outras pessoas.

Para respeitar, entretanto, as pessoais exigências da sensibilidade do Dr. Alberto Vilaça é que substituí na separata os nomes do Prof. Doutor Sílvio Lima e do Dr. Alberto Vilaça pelas letras «F. e F.», dando cumprimento ao que o autor da carta solicita na parte final. Assim julguei pôr uma pedra sobre o assunto. Um artigo no semanário da Figueira da Foz — «O Dever» — veio ressuscitar, porém, as exigências.

Para já, fique claro que o «Correio de Coimbra» é o «Correio de Coimbra» e «O Dever» é «O Dever». Cada um com as suas qualidades e defeitos, mas de responsabilidade perfeitamente autónoma. Por isso, se entre nós a questão ficara resolvida, ela não devia voltar a ser resolvida.

Ora no dia 5 de Janeiro de 1972, já a separata em circulação, chegou à Redacção nova carta:

SEGUNDA CARTA: 5-1-72

Sr. Cónego Urbano Duarte: Ausente de Coimbra durante boa parte das últimas férias judiciais, só posteriormente me chegou às mãos a sua carta de 28-12-71, em que me diz compreender a minha exigência mas não poder ser V. Ex.ª a molestar publicamente Mário Braga com a publicação da carta a ele dirigida e que, por isso, resolveu «eliminar da separata o período alusivo aos nomes A. Vilaça e Sílvio de Lima».

Não obstante os amáveis termos da carta de V. Ex.ª, também não sou eu a poder consentir numa tal solução.

O meu desejo seria não mais me ver envolvido em tão lamentável questão, mas, a haver uma reimpressão truncada, não estou disposto a tornar-me suspeito de ter dado o meu acordo a tal saída.

Por outro lado, também pouco depois da carta de V. Ex.ª tomei conhecimento de um artigo publicado no número de 25-12-71 do jornal figueirense O Dever, em que a partir da abusiva referência feita ao meu nome no Correio de Coimbra me são dirigidas infundadas e desagradáveis insinuações e alusões.

Perante tal situação, a que Mário Braga, V. Ex.ª e o Correio de Coimbra deram origem, não posso pois manter-me publicamente silencioso.

Doa a quem doer, é preciso que os leitores do Correio de Coimbra, da projectada separata e de O Dever (e não sei ainda que outros mais) saibam de uma vez para sempre e com os detalhes necessários que só abusivamente fui envolvido no escândalo de «Fátima Desmascarada», com que nada tenho a ver e cujo autor, embora o conheça, só raríssimas vezes e superficialmente terei tido ocasião de falar, se bem que, nem antes nem depois de publicada essa sua obra, jamais a tal respeito contactei com ele ou lhe exprimi qualquer opinião, directa ou indirectamente, por via oral ou escrita.

É preciso ainda que saibam que, se repudio as atitudes assumidas com a tentativa de negociação de «Fátima Desmascarada», não deixo de

repudiar as de quem publica abusivamente opiniões particulares de outrem, mormente truncando-lhe o significado global do seu pensamento, ou de quem, mediante a insinuação e a piada fácil, deturpa as posições alheias.

Mário Braga apresentou-me entretanto desculpas que fez acompanhar de cópia de carta por ele próprio dirigida a V. Ex.ª e em que, a par de outras considerações, protesta contra a publicação não consentida de mero fragmento que diz «tacticamente» seleccionado de um seu escrito particular (o publicado no Correio de Coimbra e de que aliás ignoro a restante parte) carta essa cuja integral divulgação (nela prevista, de resto) deixo ao cuidado dele e de V. Ex.ª, se assim o entenderem.

Dos molestamentos que daí ou da publicação das minhas cartas resultarem não terei que curar, pois quem semeou ventos que colha as tempestades.

Ainda quis evitar tais extremos mas, pela evolução dos acontecimentos, a minha dignidade não me permite agir de outro modo.

Verificadas, como estão, as condições que impõem a divulgação das minhas anteriores cartas dirigidas a V. Ex.ª e a Mário Braga (de que lhe remeti cópia), solicito pois que, nos termos legais, sejam elas e a presente publicadas no próximo número do Correio de Coimbra.

Lamentando que este incidente tenha perturbado as boas relações de sempre entre mim, V. Ex.ª e Mário Braga e desejando que ele fique por este meio definitivamente sanado, subscrevo-me

Atentamente,
Alberto Vilaça

COMENTÁRIOS

1. Não tenho a menor dúvida sobre as afirmações do Dr. Alberto Vilaça referentes a «Fátima Desmascarada» e ao seu autor. Nunca pensei nem escrevi fosse o que fosse donde possa inferir-se juízo diferente. Nem do texto, nem do contexto do período de Mário Braga, se colhe o mais pequeno indício que, sob este ângulo, exija rectificação.

2. Gosto de ver em letra redonda, da pessoal autoria do Dr. Alberto Vilaça, e agora sem receio do eco público, o repúdio da negociação de «Fátima Desmascarada». Quer dizer: a notícia a mim transmitida por escrito e publicada no «Correio de Coimbra» era verdadeira. Que repudie publicações abusivas — também eu; que as repudie «e mormente quando truncam o significado global do seu pensamento» — dou-lhe todo o meu apoio, (porém, fique bem assente que isso

não aconteceu nos meus escritos — aqui o Dr. Alberto Vilaça escorregou no exagero!); que repudie a insinuação e a piada fácil deturpadoras das posições alheias — está de acordo com o meu íntimo sentir.

3. Restam as referências ao Dr. Mário Braga. Porque o documento que ele deixou em minhas mãos foi de confiança e amizade, não posso consentir que a magoada sensibilidade do Dr. Alberto Vilaça, venha publicamente, de qualquer forma, magoá-lo. Por isso publico a carta do Dr. Alberto Vilaça ao Dr. Mário Braga, expurgada de 4 linhas. Creio que a velha amizade dos dois agradecerá um dia o uso do direito de censura exercido agora pelo director do jornal. A amizade é das coisas da vida que merecem resguardo.

CARTA DO DR. ALBERTO VILAÇA AO ESCRITOR MÁRIO BRAGA

18-12-71

Mário Braga:

Acabo de ler o «Correio de Coimbra» de ontem, onde indignadamente deparei com a transcrição dum trecho duma carta sua e dirigida ao Cónego Urbano Duarte, em que alude a um tal A. Vilaça.

Pelo que conheço do Cónego Urbano Duarte, tenho de admitir a carta como verdadeira. E também não vislumbro que outro que não eu possa ser o tal A. Vilaça, tanto mais que efectivamente trocámos breves impressões acerca do caso de «Fátima desmascarada».

Primeiro, invoca o meu nome sem me pedir qualquer espécie de autorização. Depois, alude à minha opinião sobre o caso em termos tais que quem leia não pode atingir na íntegra o que penso tanto sobre os acontecimentos que em Fátima se verificam desde 1917, como sobre a conduta do autor do livro em questão. Finalmente e tendo-me eu limitado a, como vulgar leitor e em conversa de amigos, emitir acidentalmente duas ou três ideias sobre assunto em cujo debate público não estou interessado em intervir (pois não entro em guerras religiosas...), coloca-me Você na desagradável posição de ver o meu nome publicamente misturado às tristes histórias de «Fátima desmascarada» — com que nada tenho a ver, nem quero ter.

Não sei se Você autorizou o Cónego Urbano Duarte a publicar tal carta, em que invoca conversas particulares, e por isso não sei se nesse ponto é ele ou Você quem está em falta, se bem que ele deveria, pelo menos, ter-me consultado.

Como é óbvio, reservo-me o direito de fazer o uso que entender desta carta, de que

pelo menos terei que dar conhecimento ao Cónego Urbano Duarte.

Mas acentuo: o meu desejo é que, no que me respeita e acerca de tal incidente, não se escreva uma só palavra mais, pois, repito, não entro em guerras religiosas.

Lamento que Você me force a escrever esta carta, mas as circunstâncias não consentem que de outro modo proceda.

O amigo desgostoso,
Alberto Vilaça

COMENTÁRIOS

Desta carta, cuja cópia me foi enviada pelo Dr. Alberto Vilaça com pedido de publicação, só quero comentar duas passagens:

— 1.ª — «Alude à minha opinião sobre o caso em termos tais que quem leia não pode atingir na íntegra o que penso sobre os acontecimentos que em Fátima se verificam desde 1917, como sobre a conduta do autor do livro em questão.»

Nem o director do «Correio», nem nenhum autor dos outros testemunhos, expuseram o seu pensamento integral sobre o que se passou ou passa em Fátima. Já atrás dissemos que não nos interessa coisíssima nenhuma o que o Dr. Vilaça pense, integral ou parcelarmente, sobre Fátima!

O depoimento de Mário Braga, onde aparece o nome de A. Vilaça, incide exclusivamente sobre um aspecto que só dignifica: repudiar a atitude «daquele que, vestindo a pele de intelectual e defensor da verdade, se prontifica a sacrificar esta na ara do dinheiro». Não será isto digno? Implicará este repúdio (que o Dr. Alberto Vilaça na 2.ª carta formalmente subscreve) qualquer espécie de compromisso com matérias religiosas? Nenhum fio de lógica o consente.

— 2.ª — «Não entro em guerras religiosas». Outra impertinência do Dr. Vilaça! Com que então, segundo interpreta o Dr. Alberto Vilaça, a minha discussão sobre «Fátima desmascarada», foi uma guerra religiosa! Todos repararam que não fiz apologetica, que não me deixei arrastar para questões tipicamente religiosas: limitei-me a provar, em plano cultural e humano, os vícios de uma obra e a «negociata» vergonhosa do seu autor. A objectividade quer mais calma, Dr. Alberto Vilaça, e, às vezes, também o sacrifício das grandes frases de efeito!...

E, por fim, a elucidação dum advérbio que aparece na carta anterior: fragmento «tacticamente» seleccionado. Fragmento, sim, mas íntegro, toda a parte final, sem escamoteação, nem desvirtua-

(Continua na pág. 6)

NOVO REITOR DA UNIVERSIDADE DE LOURENÇO MARQUES

(Continuado da pág. 1)

Encarando o problema pela perspectiva do interesse nacional — e só esta perspectiva é legítima — parece-me dever entender-se que não existe no País esta e aquela e aquela outra Universidade, cada uma formando um todo fechado e separado dos demais. Existe, sim, a Universidade Portuguesa constituindo a cúpula e o laboratório principal da cultura lusitana.

Foi precisamente com base nestas considerações — muito embora admitindo que o meu caso concreto nenhuma comprovação lhe possa vir a dar —, que eu entendi não dever furtar-me ao chamamento com que me honraram.

Quero aliás deixar aqui bem expresso que a atitude de espírito com que vou integrar-me na nova corporação é, fundamentalmente, a de um simples professor que nunca desejarei deixar de ser. Um professor é certo, com particulares responsabilidades de gestão. Mas, antes de tudo, um professor, que sempre há-de esforçar-se por que os problemas da Escola se solucionem pela óptica exclusivamente universitária, à luz dos superiores interesses da cultura nacional.

O conhecimento que tenho das necessidades, aspirações e problemas relativos à Instituição da qual, desde já, me permito considerar membro, é ainda naturalmente reduzido. Mesmo, porém, que eu conhecesse esses problemas em pormenor, não seria legítimo enunciar aqui as respectivas soluções.

É que esses problemas, sejam eles quais forem, são problemas de uma escola. E uma escola, todos devemos reconhecê-lo, é um corpo colectivo, como tal devendo sempre actuar.

O Reitor mais não será, pois, do que o principal responsável. Sei bem que não é isto pouco. Terei de ocupar o primeiro lugar no esforço a desenvolver para satisfazer as necessidades da instituição. Terei mesmo, em situações de emergência — espero bem que elas não surjam —, de assumir, isolado, a responsabilidade na decisão de problemas que, pela sua urgência, não permitam consultar os órgãos colegiais da Universidade.

O facto, porém, de ser eu o principal responsável não significa que os restantes membros da Corporação se possam considerar libertos da obrigação de participar activamente no estudo e resolução dos problemas. Conto com a colaboração de todos — dos docentes, dos estudantes, do pessoal técnico, administrativo e auxiliar — e estou seguro de que, se me for dada, não deixaremos decrescer o incontestável prestígio que a instituição logrou já atingir. Esse prestígio, para se manter e incrementar, exige que a Universidade se aplique afinadamente na realização dos fins que lhe são próprios. Só por esta via, isto é, só através de uma investigação produtiva e de um ensino eficiente, é que a Universidade se poderá impor no País e no estrangeiro. A força de

qualquer Universidade terá de aferir-se pelo nível que a sua investigação atinja e pela eficiência com que o seu ensino seja ministrado.

Mas não é apenas a colaboração de todos os membros da Escola que se torna necessária.

O Governo, aliás presidido por um eminente universitário a quem aproveito a ocasião para saudar, terá de dar à Universidade todo o apoio imprescindível para que esta possa realizar os fins para que foi criada. E o Governo pode dá-lo decididamente, e estou certo que assim sucederá, sem receio de que esteja a fazer um investimento de rentabilidade duvidosa.

Já se escreveu entre nós que as duas Universidades Ultramarinas gastam mais do que as Universidades Metropolitanas.

E dizem-me não faltar mesmo, ao nível da opinião pública, quem vá ao ponto de propugnar a ideia de que, atendendo ao montante das verbas dispendidas com o ensino superior no Ultramar, melhor seria trazer todos os alunos universitários para a Metrópole, custear-lhes aqui os estudos e encaminhá-los de novo para as províncias de origem após a conclusão dos cursos.

A análise pura dos números, sem atender às realidades que lhes correspondem, conduz frequentemente a conclusões enganadoras. Assim acontece no caso presente.

Quando se confrontem os gastos das Universidades ultramarinas e metropolitanas, importa averiguar — o que julgo ainda não ter sido feito — em que se traduzem uns e outros.

Há que tomar em linha de conta, antes de mais, que muitas despesas custeadas pelas verbas atribuídas às Universidades do Ultramar, não são pagas, na Metrópole, pelas Universidades. Tal é o caso, por exemplo, das despesas com os bolseiros que, fora da Província, preparam os seus doutoramentos — bolseiros que, no respeitante à Universidade de Lourenço Marques, atingem, nesta altura, quinze por cento dos docentes — e cuja preparação é indispensável para a criação de um corpo docente próprio, essencial, como é verdade, à Universidade e ao seu desenvolvimento.

E tal é o caso — do mesmo modo a título de mero exemplo — de todas as despesas com investigação e com o hospital escolar, que, no Ultramar, são custeadas pelas Universidades.

Mas nem sequer é isto o principal. Outro aspecto da questão há que pôr também em relevo.

As Universidades Ultramarinas, como é sabido, estão ainda na fase dos grandes investimentos em construções e equipamento. Ora nestes investimentos dispense-se uma boa parte das verbas que lhes são atribuídas. E não me parece que seja aconselhável fazer, neste domínio, qualquer restrição nas dotações. O abrandamento do ritmo com que entusiasticamente se tem caminhado iria retardar a criação das infra-estruturas essenciais ao pleno rendimento da Universidade e poderia ter como consequência que, num futuro muito próximo, não fosse possível

absorver o número cada vez maior de alunos que a ela acorrem.

Por outro lado, qualquer demora na execução do plano relativo às instalações da Universidade, só iria agravar, a longo prazo, os custos desta, na medida em que, enquanto não possuir instalações próprias, terá a Universidade de enveredar por soluções provisórias — as únicas possíveis — e estas, em regra, são dispendiosas e avolumam os gastos globais.

Também se não parece que se possam restringir as despesas com o pessoal. Dada a carência de técnicos e a sua crescente procura no Ultramar, a Universidade tem de remunerar devidamente os que a servem, sob pena de os ver desertar para outras actividades que, a todo o momento, os solicitam.

A ideia de que seria menos dispendioso para o orçamento da Província transportar os alunos para a Metrópole e custear-lhe aqui os estudos, além de não corresponder à verdade, não toma em consideração todas as consequências ou benefícios resultantes da criação de uma Universidade.

O rendimento de uma instituição universitária não pode aferir-se apenas pelo número de técnicos que prepara. Há que tomar em linha de conta a investigação que realiza e há que tomar em linha de conta, para além de tudo, a contribuição que proporciona à estratificação de uma cultura.

Em meu entender, a Universidade poderá e deverá ser o principal veículo através do qual se difundam e sedimentem no Ultramar todos aqueles valores que definem e caracterizam a cultura lusitana. Ora o valor de uma contribuição deste tipo, não pode medir-se por padrões monetários. É inestimável.

Aos esforços feitos pelo Governo e ao apoio incondicional que vem dando à Universidade, tem esta de corresponder com o aproveitamento pleno do seu equipamento e com uma administração criteriosa das verbas que lhe são atribuídas.

Os movimentos desencadeados pelos estudantes na última década têm originado às Universidades as maiores perturbações. É ponto que não vale a pena focar aqui — tão conhecido ele é de todos nós.

De certo que hoje ninguém poderá negar aos estudantes o seu legítimo interesse e mesmo o seu direito e dever de intervir activamente na análise e resolução de problemas da Universidade.

Há um ponto, porém, sobre o qual os estudantes não encontraram ainda o caminho certo e que é o de saber que problemas ou tipos de questões devem eles tratar na Universidade, enquanto seus membros.

A Universidade tem, relativamente aos estudantes, uma função formativa. É um centro de estudo, de meditação, de aprendizagem. Visa instruir os jovens e formar-lhes a personalidade, de modo a permitir que, após a obtenção de um grau académico, eles possam desempenhar

um papel activo na comunidade em que se integrem.

O que se vem passando nos últimos anos, porém, é que os estudantes universitários, na ânsia de intervir o mais cedo possível nos destinos da colectividade, tentam transformar a Universidade, de centro de investigação e de estudo que deve ser, em centro de actuação prática.

Ora esta atitude não se me afigura legítima, quer porque não se enquadra nos fins da Universidade, quer, fundamentalmente, porque prejudica a realização desses fins. A instituição universitária é essencial um clima de serenidade, e este clima deixa de existir logo que os seus membros se empenhem em actuações dessa natureza.

Invocar a autonomia da Universidade para justificar o tipo de actuação estudantil é ignorar a essência da mesma Universidade e o verdadeiro significado da sua autonomia. A Universidade deve ser autónoma, sim, mas apenas em relação à prossecução dos seus fins, que são a investigação o ensino. A autonomia da instituição universitária tem limites, que coincidem precisamente com os limites das suas funções.

Direi, pois, em conclusão, que os estudantes da Universidade de Lourenço Marques terão todo

o meu apoio e receberão todo o meu estímulo sempre que queiram colaborar na resolução de problemas pedagógicos e em tudo o que se integre na esfera de funções da Universidade. Aceitarei a sua colaboração com entusiasmo e recebê-los-ei de alma aberta, sempre disposto a encontrar a melhor solução para os problemas que entendam pôr à consideração do Reitor.

Prometo tudo fazer para que esse clima se mantenha e para que a Universidade continue a ser, exclusivamente, a instituição cultural de que Moçambique e a Nação tanto esperam.

Ao Senhor Professor Doutor Fernandes de Carvalho, que é credor do nosso respeito e da nossa estima, pelas suas invulgaes qualidades de saber e de trabalho, como Mestre eminente da Faculdade de Ciências Matemáticas, e que nos honra como assinante do nosso «Correio», o preito da nossa homenagem e congratulação pela escolha que sobre ele recaiu. Fazemos votos por que DEUS lhe assista nas pesadas funções que ora lhe cabe desempenhar e que, bem o cremos, desempenhará com saber, com proficiência e com generosa entrega.

FACTOS DA RUA

PORQUE NÃO IRÁ O AUTOCARRO ATÉ À ADEMIA?

Outro dia tomei o autocarro para ir para a Adémia a 5 km da cidade de Coimbra, estrada Coimbra-Porto. Porém o autocarro só chega até à Pedrulha e creio que é sabido por toda a gente. Mas o facto é que quis fazer a experiência do que é ir de noite, no fim das aulas, às 20 horas no inverno é já de noite, fazendo o mesmo percurso que fazem os filhos dos habitantes de Adémia e Novo Horizonte. Chovia, estava escuro e como o percurso desde a paragem do autocarro até à Adémia

é descrito por uma curva, sem iluminação, tinha de ir em fila indiana para não ser atropelado, visto a velocidade dos carros e a luz dos faróis serem razoáveis.

Perguntei então a um companheiro porque não vinha o autocarro até ao lugar, respondendo-me que tinham já pedido isso muitas vezes aos serviços municipalizados e que já lhes tinham prometido muitas vezes que sim, mas nada!

Apurei então que o preço do autocarro é de 1\$20 e que por sua vez existem carreiras de camionetas que passam no local, que cobram 2\$50, mas que além de serem mais caras que o autocarro quase sempre quando vão e vêm de Coimbra passam cheias, deixando os passageiros em terra. Claro que há um comboio, mas que só serve a população a determinadas horas e são poucos.

Entretanto, têm várias pessoas e comissões pedido a ida do autocarro ao local. Mas porque não irá o autocarro até à Adémia?

Será que o interesse da empresa é mais forte que o de toda uma população?

Será que a população preferirá as camionetas de uma empresa que cobra o dobro do bilhete e não serve a população a maior parte das vezes?

M. Lucas

Duas cartas do Dr. Alberto Vilaça

(Continuado da pág. 5)

mento da perfeita verdade. E só aquele fragmento, porque ele era bastante para a prova apresentada aos leitores.

★

Espero com estes comentários serenos e de muita estima pelo Dr. Alberto Vilaça, que conheço desde o 5.º ano liceal, não semear ventos, e muito menos tempestades.

Aqui ninguém beliscou a sua dignidade. Ninguém o quis misturar ao escândalo de «Fátima desmascarada». Ninguém pretendeu enfiar-lhe nos ombros uma opa!

Até porque a ninguém interessa vê-lo vestido desta maneira!

Fique, pois, descansado!

URBANO DUARTE

CORREIO DE COIMBRA

LEIA, ASSINE E DIVULGUE

CORREIO DE COIMBRA